

OS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA BRASILEIROS À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO

BRAZILIAN ARCHIVOLOGY COURSES IN THE LIGHT OF THE INFORMATION REGIME

Maria Meriane Vieira da Rocha^a

Isa Maria Freire^b

RESUMO

Objetivo: Analisar o Regime de Informação dos atores sociais no contexto da Ciência da Informação e dos cursos de Arquivologia a partir do ano 2000, nesse sentido, explora as mediações dessa forma de vida acadêmica a partir do modelo de Regime de Informação proposto por González de Gómez, partindo do pressuposto de que a cultura informacional, compartilhada pelos atores no âmbito de certo espaço social, contribui para se entender sua aplicação em certo contexto. O referencial teórico aborda o Regime de Informação com perspectivas e abordagens no contexto da Ciência da Informação, as Políticas de Informação nos espaços do saber e a possibilidade de uma inteligência coletiva para o compartilhamento de informações. **Metodologia:** A pesquisa é de natureza descritiva, a partir de uma abordagem qualitativa. **Resultados:** Os resultados demonstram que a pesquisa contribui para mais abertura de um Regime de Informação no contexto da Ciência da Informação e dos cursos de Arquivologia como espaço de relações e de trocas de informações entre os atores sociais. **Conclusão:** No que tange à inteligência coletiva, os atores sociais atuam coletivamente, porque as necessidades de informação mudam o tempo todo e são regidas pela precisão de busca e uso da informação no âmbito da forma de vida acadêmica.

Descritores: Regime de Informação. Política de Informação. Ciência da Informação. Arquivologia. Inteligência Coletiva.

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, é importante discutir sobre alternativas para analisar a questão da produção e do compartilhamento da informação, pois,

^a Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: meriane.vieira@gmail.com

^b Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: isafreire2011@gmail.com

desde a globalização da economia e a relevância da informação, estamos inseridos em uma sociedade em que as relações sociais, econômicas e políticas se estabelecem por meio de um regime de informação.

Contextualizando o regime de informação no âmbito acadêmico, pode-se afirmar que prevalecem a troca crítica de conhecimentos e a produção de trabalhos científicos, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das ações de informação, como uma das características de um regime de informação, quando os atores sociais estão envolvidos de forma tal que compreendem a informação como ponto de interseção essencial. “Assim, torna-se necessário que sejam estabelecidas regras [Políticas de Informação] para que [os gestores] administrem seus recursos de forma harmônica, considerando atender seu público” (DELAIA; FREIRE, 2010, p. 108). Corroborando o pensamento dessas autoras, esse conceito pode contribuir “para a análise das relações entre uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica de ações, meios e efeitos de informação” (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p. 66).

Do ponto de vista do estudo que aqui se apresenta, é importante que as instituições educacionais, especialmente as de ensino superior, implementem estratégias que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades, de modo que as Políticas de Informação sejam de fato efetivadas.

As instituições podem ser consideradas espaços de trabalho coletivo, principalmente o trabalho intelectual, em que os atores sociais específicos desses cenários constroem relações de (inter)ação e compartilham conhecimentos, percepções, experiências e vivências, de modo que partilham uma realidade de ações e redes comuns de conceitos (KUSH; COLLINS, 1999). Nesse sentido, é possível abordá-las, no contexto do regime de informação, como espaços de inteligência coletiva, conforme Lévy (2001), onde sujeitos sociais compartilham ideias e experiências, de forma cooperativa e colaborativa, de modo a produzir um resultado comum e satisfatório a todos.

Destarte, pretendeu-se que o resultado do estudo ora apresentado contribua para aprimorar o cenário do regime de informação da Ciência da Informação e dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil, possibilitando uma visão abrangente do comportamento e dos mecanismos de gestão nesses espaços.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

No presente trabalho são abordados Cursos de Arquivologia brasileiros criados a partir do ano 2000 em instituições de ensino superior, totalizando oito dos 17 cursos vigentes no Brasil. Trata-se de pesquisa descritiva, de cunho qualitativo, que aborda os Cursos na perspectiva do regime de informação da sociedade brasileira, na perspectiva dos dispositivos de informação pertinentes à área do ensino superior.

A pesquisa envolveu procedimentos como levantamento bibliográfico e documental para elaboração do quadro teórico. Na pesquisa bibliográfica, a principal vantagem, conforme Gil (2002), é que ela abrange uma gama de fenômenos disponíveis diretamente aos estudos do pesquisador, o qual recorre a fontes como livros, teses, dissertações e artigos científicos localizados em bibliotecas, físicas ou virtuais. Nesse contexto, o fenômeno em tela – regime de informação dos Cursos de Arquivologia brasileiros – foi estudado em seu cenário natural, constituído pelos oito cursos criados a partir de 2000, conforme Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Distribuição dos Cursos de Arquivologia no Brasil

Universidade	Sigla	Estado/Região	Ano de criação
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS/Sul	1976
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ/Sudeste	1977
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ/Sudeste	1978
Universidade de Brasília	UnB	DF/Centro-Oeste	1990
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR/Sul	1997
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA/Nordeste	1997
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS/Sul	1999
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES/Sudeste	1999
Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP/Marília	SP/Sudeste	2003
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB/Nordeste	2006
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB/Nordeste	2008
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS/Sul	2008
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG/Sudeste	2008
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM/Norte	2008
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC/Sul	2009
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA/Norte	2011
Centro Universitário Leonardo da Vinci ¹	UNIASSELVI	SC/SUL	2020

Nota: Destaque para os cursos objeto desta pesquisa

Fonte: Rocha (2021, p. 69).

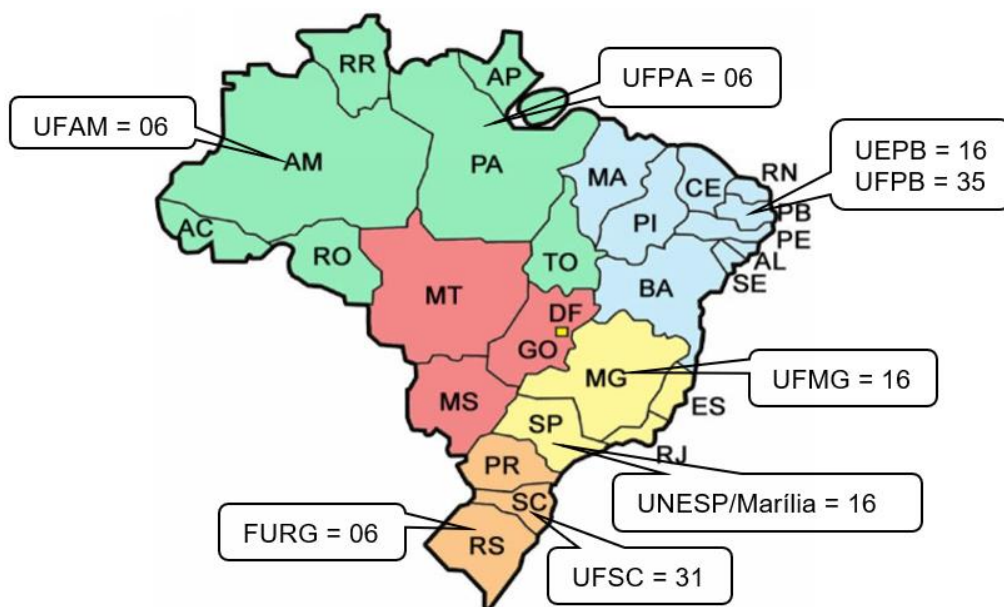
¹ Primeiro curso em instituição privada e na modalidade EAD.

Do início dos anos 1990 até 2020, houve o compartilhamento de conhecimentos e experiências, que foi ampliado por parte de docentes e pesquisadores em eventos e publicações da área. Isso contribuiu para que o pensamento arquivístico continuasse avançando cada vez mais no Brasil. Segundo Marques (2013, p. 28), “o percurso da Arquivologia como disciplina no Brasil, até a sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando algumas particularidades”. Assim,

[...] de uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da Ciência da Informação, a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica (MARQUES, 2013, p. 28).

Nesse contexto, para o estudo em tela, recorreremos aos cursos instituídos em épocas diferentes, com especificidades distintas, mas, certamente imbuídos do mesmo propósito de oferecer à Sociedade da Informação, no Brasil, a formação profissional em Arquivologia em nível de graduação universitária, sobretudo, devido à expansão tecnológica. A seguir, apresenta-se a Figura 1, com os Estados que possuem os cursos de Arquivologia e o quantitativo de atores sociais por curso estudado, nesta pesquisa.

Figura 1 - Mapa do Brasil com os cursos objeto da pesquisa e o quantitativo docente



Nota: Destaque para os Estados que possuem os cursos de Arquivologia
Fonte: Rocha (2021, p. 73)

Apesar de muitos e importantes esforços nas discussões durante as Reuniões Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), deve-se destacar que os cursos de Graduação em Arquivologia começaram a ser criados a partir da década de 1970 e ganharam maior impulso nas décadas de 1990 e 2000. O recorte escolhido para o estudo foram os cursos criados a partir de 2000, por entender que os profissionais formados por estes cursos contribuíram para a crescente produção de dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em diversos programas de pós-graduação, a maioria nas áreas de História e Ciência da Informação, posto que só temos um curso de mestrado profissional² na área e nenhum doutorado na área de Arquivologia.

Percebeu-se, nesse percurso, que a formulação das políticas de informação não consegue o sucesso alcançado nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, razão por que são necessários mais estudos e discussões a respeito de políticas de informação e do desenvolvimento de competências na geração de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC). O mesmo se aplica às transformações nos modos de expressão e acesso cultural, nos processos de trabalho, nas práticas e nos modelos de gestão da administração pública e na esfera da empresa e dos negócios.

3 ABORDAGEM TEÓRICA E ANÁLISE

Nesta seção apresentamos a rede conceitual que utilizamos para abordar os Cursos de Arquivologia brasileiros, entrelaçando os fios da teoria e da análise do campo de pesquisa.

3.1 REGIME DE INFORMAÇÃO

O conceito de regime de informação foi introduzido por Frohmann durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de Ciência da Informação em 1995, como “um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis - de produtores específicos, via estruturas

² Curso de Mestrado profissional da UNIRIO.

organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos” (FROHMANN, 1995, p. 5, tradução nossa).

Baseando-se nas ideias de ‘regime de poder’ e ‘regime de verdade’, de Johnson (1988), e na “teoria ator-rede”, de Latour (1988), Frohmann (1995, p. 2, tradução nossa), menciona alguns exemplos de nós ou elementos componentes de um regime de informação, como

[...] transmissão de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, as infovias emergentes: são todos os nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação.

O termo regime de informação vem sendo utilizado por diferentes autores da Ciência da Informação como um dos recursos de análise para abordar as relações entre política, informação e poder, demonstrando regras, normas, artefatos e dispositivos nos mais variados contextos sociais. De forma diferenciada, autores como Frohmann (1995), González de Gómez (2002), Braman (2004), Ekbia e Evans (2009) associam os termos “regime” e “informação” com o intuito de elaborar o conceito de regime de informação, numa tentativa de compreender como os processos de informação se delineiam, se ordenam e se estabilizam no âmbito de espaços sociais de informação ou espaços de significação (públicos ou privados; locais ou globais; técnicos ou sociais), numa sociedade guiada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) inseridas em uma forte economia de mercado (BEZERRA; SILVA, 2015).

Braman (1993, p. 234), define o regime de informação como “uma ferramenta organizacional que foca na convergência de expectativas, considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesses particulares”. Para González de Gómez (2012, p. 43), regime de informação vem a ser o

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigente em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e

econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.

Assim, o regime de informação se apresenta como espaço de relações e de trocas de informações e como processo mediante o qual as informações são produzidas, organizadas, armazenadas, disseminadas e usadas, delineando um horizonte informacional composto de diferentes atores que se relacionam presencialmente ou em rede e promovem mediações de informação e comunicação. Destarte, com a globalização e o desenvolvimento das TIC, na atualidade, essas mediações ocorrem em tempo real, com mais velocidade no âmbito dos regimes de informação, de forma intencional ou não intencional.

Isso porque as necessidades de informação mudam o tempo todo e são regidas pela precisão de busca e uso de cada indivíduo. Elas são otimizadas por canais e recursos de informação e pelo intercâmbio de informações entre os atores sociais. No contexto da Ciência da Informação, autores como Frohmann (1995), Braman (2004), González de Gómez (2002), Freire (2013), entre outros, vêm estabelecendo o conceito de regime de informação há, pelo menos, duas décadas, no que tange ao espaço denominado de Sociedade da Informação. González de Gómez e Chicanel (2008, p. 5), por exemplo, trabalham com um conceito de regime de informação que designa

[...] uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos e distribuição - entre diferentes atores sociais, atividades e regiões - da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso de informação.

Nessa abordagem, os dispositivos de informação, aqui constituídos pelos Cursos de Arquivologia, formam um conjunto variado de discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, filosóficos, morais e filantrópicos, produções científicas, normas e procedimentos profissionais, entre outros. Nessa perspectiva, o regime de informação também é definido como um

[...] conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam esses usuários específicos ou públicos amplos. [O regime] está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas; interorganizacionais e intersociais.

[Sendo constituído, assim,] pela figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência, etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999a, p. 24).

De acordo com Bezerra *et al.* (2016, p. 61), no âmbito da Ciência da Informação o regime de informação

[...] se configura como uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços.

Nesse contexto, Freire (2010, p. 172) assevera que “a política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica”. A básica refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, enquanto a específica aborda os aspectos característicos de determinado setor de atividade. Branco (2006, p. 87), por exemplo, afirma que a política de informação se assenta sobre

[...] interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental. [...] em que se misturam pessoas, instituições e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por mecanismos formais.

No campo da política de informação, o Estado e as Instituições seriam agentes privilegiados de sua elaboração e implantação, e a ciência e a tecnologia como domínio de seu exercício.

Nesse contexto, o regime de informação dos Cursos de Arquivologia, as ações de informação constituem um conjunto de estratos heterogêneos e articulados que se manifestam por meio de três modalidades, a saber:

- de **mediação**: quando a ação está atrelada aos fins e à orientação de outra ação; seu domínio de constituição é a *práxis*³;
- **formativa**: orientada para a informação não como meio, mas como sua finalização, que transforma e influencia as formas de vida, tendo como domínio a *poiesis*⁴;

³ “*Práxis*, em seu sentido amplo, é a atividade humana em sociedade e na natureza”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis>.

⁴ *Poiesis*: ação ou capacidade de produzir ou fazer alguma coisa, especialmente de forma criativa”. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/poiesis/>.

- **relacional**: quando uma ação de informação tem a finalidade de intervir em outra ação de informação, para obter relações, agindo no domínio da *legein*⁵ (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004).

Conforme a autora, as ações de informação acompanham a própria constituição do regime de informação, enquanto conjunto de estratos heterogêneos e articulados, a saber:

- a) de **informação** (semântico-pragmática), estrato polimórfico que se define nos inúmeros setores da produção social sob a forma de ações narrativas;
- b) de **meta-informação**, estrato regulatório definido nos espaços institucionais do Estado, do campo científico, da educação formal, da legislação e dos contratos;
- c) de **infra-estruturas de informação**, estrato mimeomórfico dos objetos de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos” mediante “ações tecnoeconômicas, normas técnicas modelos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 34).

Nesse contexto, a estrutura em rede mediada pela tecnologia é fundamental para o atendimento às necessidades informacionais e para a perspectiva de um olhar global sobre os recursos de um regime de informação, seja ele local ou geral. No caso desta pesquisa, os cursos brasileiros de Bacharelado em Arquivologia resultam em ações de informação articuladas entre os estratos, como citado acima.

Para Freire e Freire (2014, p. 277),

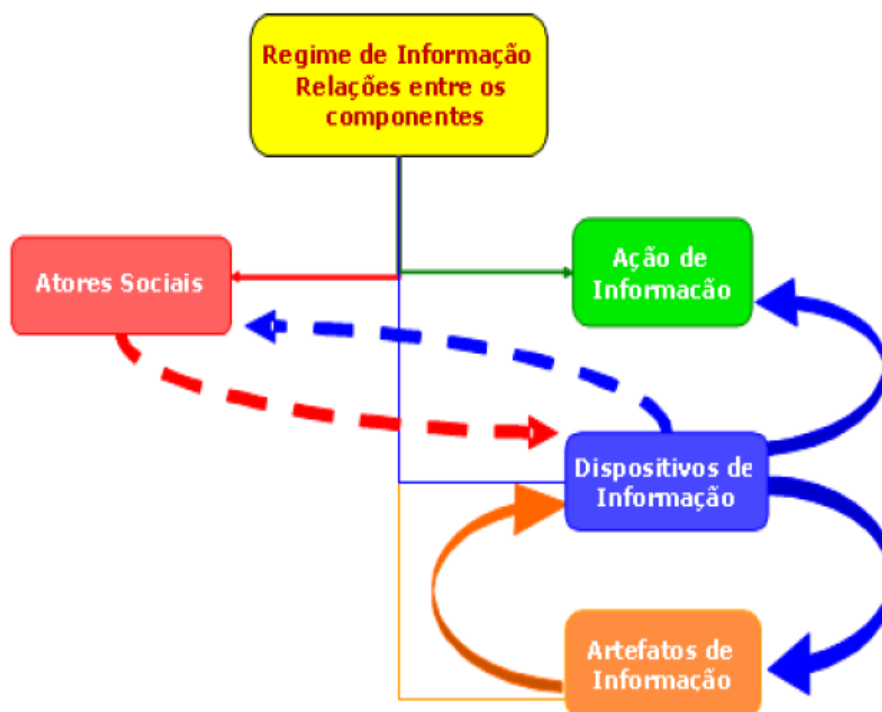
[...] no modelo de abordagem do regime de informação de González de Gómez os estratos, domínios e modalidades das ações de informação são intercambiáveis em todo o processo de constituição do regime de informação pelos sujeitos sociais em um dado contexto.

Assim, entende-se que as ações de informação, nas instituições educacionais, são desenvolvidas por sujeitos identificados como docentes-pesquisadores e pesquisadores em formação, no escopo dos dispositivos representados pelos diversos projetos de pesquisa em desenvolvimento. Nessa perspectiva, Delaia e Freire (2010) apresentam as relações entre os elementos

⁵ *Legein* é um verbo grego com uma amplitude e vigência do sentido do ser que desafia, historicamente, qualquer redução sua a significados semânticos. O verbo “abre horizontes de sentido que dizem a própria dinâmica histórica do acontecer da realidade”. Manuel Antônio de Castro. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Legein>.

do regime de informação, assim representados:

Figura 2 - Relações entre elementos do Regime de informação



Fonte: (DELAIA; FREIRE, 2010, p. 121).

As relações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia se estabelecem, sobretudo, na produção científica, e se apresentam como conceitos transversais que devem ser explorados sob o ponto de vista teórico e epistemológico. Assim, é preciso verificar espaços de integração e dissociação entre ambos.

A proximidade dos Cursos de Arquivologia nos espaços descritos como áreas da Ciência da Informação pode ser vista sob o prisma das razões políticas, mas sem razão em termos acadêmicos, pois essa configuração institucional denota que a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação, quando, na verdade, ela deveria estabelecer uma relação interdisciplinar, não só com a Ciência da Informação, como também com outros campos do conhecimento. Nesse contexto, conforme Jardim (2011), também está inserido o regime de informação. Por sua vez, para Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 3), a Ciência da Informação

[...] guarda inter-relação com organizações empresariais,

sociedade, governos, instituições e mercados, relação essa pautada em atitudes éticas que pretendem estabelecer princípios ou comportamentos na seleção de formas alternativas de ação para apoiar indivíduos ou segmentos sociais determinados. Não estamos nos referindo necessariamente às ações inscritas em códigos formais de ética, mas, sim, a parâmetros referentes à conduta humana e a valores morais intrínsecos que culminam com o estabelecimento de atividades que aderem a critérios socialmente éticos ou socialmente responsáveis.

Percebe-se, então, que as relações entre os Cursos de Bacharelado em Arquivologia não são neutras, assim como a relação entre a Arquivologia, a Ciência da Informação e o regime de informação, o que demonstra que a demarcação do campo específico, como um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas na área, envolve atores sociais, ações de informação, dispositivos de informação e artefatos de informação. Para isso, é necessária uma política de informação.

3.2 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO

Conforme González de Gómez (2002, p. 27), “uma política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia”. A autora afirma que essa vinculação da informação com a política seria estabelecida por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas também como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico.

Sob o ponto de vista de González de Gómez (1999a, p. 27), uma política de informação compreende “o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro políticas”. Identificar e caracterizar um regime de informação possibilita efetivar, de modo estável, redes de gerenciamento de informações por meio de canais comunicacionais que possibilitam o acesso dos usuários. É imprescindível saber como ocorre o processo de gestão da informação em determinado setor, para que se possa considerar a implantação de políticas de informação.

As colocações expostas mostram a importância da informação e do conhecimento para definir qualquer política pública, haja vista que, na contemporaneidade, apesar das observações de que enfrentamos um manancial de não-informação (WURMAN, 1991), estamos diante de um binômio essencial a qualquer indivíduo e profissional em que “a informação e o conhecimento são insumos do fazer organizacional e fundamentais para o processo decisório” (VALENTIM, 2008, p. 20).

Foi a partir do regime de informação que González de Gómez (1999a, p. 23) propôs quatro conceitos de políticas de informação. O primeiro é de que essa modalidade de política é um “conjunto de ações e decisões orientadas para preservar e reproduzir ou mudar e substituir um regime de informação, [que] podem ser tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. No segundo conceito, as políticas de informação são definidas como um domínio coletivo de ação, em que há conflitos entre distintas formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio, às prioridades e às metas das ações de informação. A terceira concepção considera essas políticas como orientações a respeito dos fins, dos valores e dos objetivos das políticas de informação, designando as figuras decisoriais e normativas do que é desejável e prioritário para um sujeito coletivo acerca da geração, da circulação, do tratamento e do uso da informação.

Por fim, na quarta definição, as políticas atuam como uma ação dirigida para consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos. Em cada contexto histórico e/ou em cada espaço de ação coletiva, há “um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que forma parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b, p. 21). Nesse contexto, pode-se levar em consideração que os quatro conceitos de políticas de informação definidos por González de Gómez fazem parte do regime de informação da Arquivologia e também da Ciência da Informação.

Nesse sentido, Llerena (2012) coloca que a sociedade atual, nomeada por diversas terminologias (sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade aprendente...), é reflexo da ideia de globalização, como destino

inexorável da humanidade, de suas formas de organização e de relacionamento. Permeia a produção teórica das ciências ditas pós-modernas, transformando-se quase em um fértil “campo de esporte intelectual”, que dilui a complexidade dos nexos global-local-global.

Revedo a ontologia do termo (globalização), em princípio é possível pensar que o mundo se transformaria em grande massa singular unida por aliança universal. No entanto, diferentes formas e graus de participação social no processo de globalização trazem uma diferença crucial para sua forma. No caso de políticas públicas, no domínio global o mesmo acontece: o nível de participação social determina a diferença no planejamento, na implantação e na implementação e, sobretudo, em sua execução.

3.3 INTELIGÊNCIA COLETIVA PARA COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

O precursor do termo inteligência coletiva é o filósofo Pierre Lévy (2015), que a define como uma inteligência repartida globalmente, em tempo real, em busca de uma democratização das informações. Isso quer dizer que as habilidades de cada indivíduo são utilizadas para o bem do coletivo e compartilhadas por meio das tecnologias.

Nesse contexto, a Ciência da Informação se preocupa com “o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até sua utilização, e a sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, através de uma variedade de canais” (BARRETO, 2002, p. 23). Esse processo não é diferente na Arquivologia, pois, da mesma forma, os processos de aprendizagem e os serviços de colaboração implicam o envolvimento e o comprometimento de se fortalecer uma inteligência coletiva. Lévy (2000, p. 188, tradução nossa) defende a hipótese de que é possível produzir dispositivos que materializem efetivamente a inteligência coletiva e que

[...] essas novas formas de organização cooperativa, hoje explorada em diversos dispositivos locais ou internacionais do ciberespaço, têm como principal característica *valorizar e compartilhar* a inteligência distribuída em toda parte nas comunidades conectadas e colocá-la em sinergia em tempo real.

Bembem e Costa (2013, p. 142), por sua vez, enunciam que “a inteligência

coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados”. Isso significa que o projeto da inteligência coletiva se configura como um contínuo processo de crescimento e retomada mútua das individualidades.

Nesse cenário de interação, convivem instituições e atores sociais com histórias, objetivos e características muito diferentes que mantêm distintas relações com o mundo contemporâneo e a inteligência coletiva. Isso se deve também à democratização do saber, que está sendo pressionada pelas TIC e pela globalização, reconfigurando os valores e as formas de produção e disseminação da informação, a ampliação do número de pessoas a serem formadas e os modos de gerir e de financiar as universidades.

Na vertente ligada à Arquivologia e à Ciência da Informação, encontram-se autores que se esforçam para articular aspectos microsociais e macrossociais voltados para a inteligência coletiva, presentes, por exemplo, nas relações interdisciplinares estabelecidas entre essas ciências e os conhecimentos gerados por elas e que podem ser efetivos e compartilhados na sociedade contemporânea (SILVA, 2012), nas relações entre as fronteiras estabelecidas por essas disciplinas que demarcam as diferentes profissões (PINHEIRO, 2013), nas relações entre as correntes de pensamento das Ciências Sociais Aplicadas, a Arquivologia e a CI, gerando saberes científicos específicos das áreas (TANUS, 2016), porém complementares, e nas relações entre a ética da informação e a inteligência coletiva como objeto de estudo nas duas áreas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017).

Lévy (2001, p. 85, grifo do autor) argumenta que a primeira comunidade que se organizou como inteligência coletiva, independentemente das barreiras, foi a científica. O autor ressalta que,

[...] no espaço intelectual aberto pela comunidade científica, todas as ideias estão em competição cooperativa para atrair o máximo de atenção. A capacidade de interessar sem recorrer a argumentos de autoridade, à força ou a meios desleais são essenciais ao funcionamento do meio científico *porque a finalidade própria desse meio é funcionar como inteligência coletiva.*

É nesse espaço de atividades cooperativas que docentes e pesquisadores, no caso desta pesquisa, docentes, pesquisadores e profissionais

da área de Arquivologia, devem proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações na sociedade da informação, questionando sobre os modos de pensar, sentir, agir, produzir e disseminar a informação na sociedade em rede, considerando que as relações entre instituições, docentes e pesquisadores precisam se constituir como espaços de formação e aprendizados contínuos, que necessitam de realização de projetos conjuntos. Segundo Lévy (2015), nessa relação com o campo científico, como coletivo intelectual, os pesquisadores utilizam dispositivos para se organizar em um espaço de signos dinâmico, constantemente traduzido e ressignificado pelos desejos coletivos com a consciência de que se pode construir conhecimentos coletivamente.

Os avanços científicos alcançados nas últimas décadas em direção à produção, à compreensão e à transformação mundial acabaram por fragmentar o conhecimento, a comunicação e o diálogo entre os cientistas. Isso foi herdado do grande volume de informação gerada a cada dia, a cada instante. Por isso, acredita-se que o todo seja sempre maior do que a soma das partes ou das qualidades humanas individuais. Para Lévy (2015, p. 32),

[...] longe de fundir as inteligências individuais em uma espécie de magma indistinto, a inteligência é um processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades. A imagem imóvel que emerge de suas competências, de seus projetos e das relações que seus membros mantêm no Espaço do saber constitui para um coletivo um novo modo de identificação, aberto, vivo e positivo.

Os que partilham conhecimento e informação consideram que essa condição da vida contemporânea é, em grande parte, constituída pela ação da universidade, dos docentes e dos pesquisadores capazes de ajudar a sociedade a (con)viver com o inteligente coletivo com o próprio caráter institucional e suas perspectivas orientadoras na produção do conhecimento, como também na formação de profissionais, através de eventos, debates, discussões, entre outros.

Ressalte-se, entretanto, que é necessário abertura, flexibilidade e reflexão, mas, contudo, isso só pode existir no plano institucional se estiverem presentes os atores que constituem esses espaços informacionais, com características institucionais, bem como pessoais, porque a flexibilidade e a capacidade de refletir são qualidades essenciais para a Academia. Nesse

sentido, Lévy (2015, p. 31) afirma que,

[...] interagindo com diversas comunidades, os indivíduos que animam o espaço do saber, longe de serem os membros intercambiáveis das castas imutáveis, são, ao mesmo, similares, múltiplos, nômades e em vias de metamorfose (ou de aprendizado) permanente.

Se os espaços do saber (universidades) continuarem a produzir e a disseminar informações que possam também oferecer elementos para nossa própria compreensão — possibilitando ampliar nossas ações sociais, melhorar as condições de vida acadêmico científica e as relações das pessoas entre si, o mundo e entre os pares —, as relações se fortalecem, conseqüentemente a ciência também. Segundo Marcondes e Sayão (2002, p. 43),

[...] nessa ciência tão institucionalizada, não existe praticamente lugar para o gênio isolado, capaz de dar conta de uma descoberta científica do início ao fim. A ciência atual é fundamentalmente um trabalho coletivo, em que pesquisadores e grupos de pesquisa trabalham sobre resultados já obtidos por seus pares, e tem como objetivo acrescentar um tijolo a mais em um vasto edifício.

Assim entendidos, os espaços do saber se constituem para assegurar a livre manifestação do pensamento, responder às necessidades da coletividade e melhorar a interação entre os sujeitos coletivos e administrar de maneira participativa e propiciar a divisão de saberes. Lévy (2015, p. 145) ressalta que “no Espaço do saber, os intelectuais coletivos reconstituem um plano de imanência da significação no qual os seres, os signos e as coisas voltam a encontrar uma relação dinâmica de participação recíproca”. Esses espaços assumem-se, portanto, como lugares na sociedade da informação com autonomia e comprometidos com estudos, pesquisas e prática dos conhecimentos existentes para os sujeitos coletivos. De acordo com González de Gómez (1999b, p. 22),

[...] sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras [que] podem ser considerados como 'formas de vida'. Nelas se organizam vivências e interpretações intersubjetivas. Nelas, para nós, se definiriam quais os 'testemunhos' de informação que serão aceitos nos processos de comunicação, inferência ou argumentação.

Ao analisar os Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil com os respectivos docentes, sob o ponto de vista de um Regime de Informação, espaço

do saber, é possível compreendê-lo não só pelo seu aspecto físico ou virtual (*sites* dos cursos, currículo Lattes dos docentes), mas também pela constituição, pela unidade de uma cultura informacional através de sua identidade ou forma de vida, em que geralmente coexistem sentidos, significados e significações.

De modo que os docentes dos Cursos de Arquivologia devem ser reconhecidos não somente por causa do lugar de onde “falam”, mas também pela linguagem que utilizam, geralmente condicionada por sua ‘forma de vida’. É através dessa forma de vida, bem como pelo uso que fazem do sistema conceitual de uma área de conhecimento, que são reconhecidos por seus pares.

3.4 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NO ESPAÇO DO SABER

As políticas de informação, na perspectiva da gestão de recursos informacionais, são determinantes no acesso (ou não) a serviços e às aplicações das tecnologias digitais de informação e de comunicação, o que contribui para o processo de Gestão da Informação. Por isso, Freire (2008) considera a democratização do acesso a esses recursos como um elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social, independentemente de sua natureza.

Isso pressupõe que a informação e suas políticas são essenciais para valorizar a criação e compartilhamento do conhecimento organizacional embutido nas práticas cotidianas, nos processos e nas normas da organização. É o conhecimento, adquirido através da busca pela informação e no processo de aprendizagem mútua, como um bem intangível (BUKOWITZ; WILLIAMS, 2002). Assim, é possível afirmar que as políticas de informação aferem à Gestão da Informação que, por sua vez, afere à Arquivologia a função de se utilizar de métodos, instrumentos, ferramentas e técnicas que ajudem as pessoas a explicitarem seu conhecimento no ambiente informacional.

Nesse sentido, a informação torna-se o fator-chave das políticas de informação que, conforme Marcondes e Jardim (2003), devem manter elementos básicos como: alcance e conceito de informação que a identificam; reconhecimento da informação como recurso nacional de valor estratégico sob a ótica econômica, científica e política; demarcação de responsabilidades quanto às políticas setoriais tanto nos aparelhos (ideológicos) do Estado quanto, por

adesão, na sociedade. Devem, ainda, contemplar aspectos administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos, de produção, de uso e de preservação das informações de natureza pública ou privada de interesse da população. Com essa amplitude, Barreto (2004) acrescenta que essas políticas precisam da convergência de mídias, de tecnologias e de serviços.

A Arquivologia brasileira também necessita de uma política de informação bem fundamentada para que, “em um contexto nacional, um arquivista [tenha] conhecimento, por exemplo, das fontes arquivísticas, da estrutura das instituições arquivísticas e sua história, da legislação que regulamenta a área e do uso dos arquivos” (RASTAS, 1992, p. 5). Assim,

[...] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem, o poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem a capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo (ARAÚJO, 1994, p. 84).

Isso reitera o fato de que as políticas públicas de informação se assentam em “interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental” (BRANCO, 2006, p. 87), mas englobam práticas e ações informais de determinado contexto, no qual se mesclam pessoas e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por organismos formais. Reiterando Barreto (2004, p. 12), uma política de informação

[...] mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações [...]. É um ritual de passagem de uma intenção formal de um discurso de Governo para implementação com uma ação coordenada, que induza e convença a terceiros a realizarem o que o Governo julga ser uma necessidade na área.

Para Branco (2006), uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens. A primeira – **básica** – envolve os aspectos gerais da produção da informação, como os que estão atrelados às TIC, às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. A segunda – **específica** – refere-se aos traços de certo setor de atividade, como, por exemplo, uma política para Gestão da Informação que contemple a produção de conteúdo de identidade cultural e o acesso livre às fontes de informação relevantes na internet, reiterando o livre acesso e o compartilhamento dessas informações em ambientes propícios para

esse compartilhamento, construindo o capital intelectual da instituição. Conforme Freire (2008), é o momento em que a política de informação prioriza metas e objetivos específicos que imprimirão seu perfil peculiar e inerente ao respectivo espaço ou ao regime de informação.

É nesse ponto que a Gestão da Informação se prontifica a contribuir com a esfera pública, quando se propõe a se estabelecer como ferramenta das decisões ou cria e sugere estruturas para gerenciar o comportamento informacional dos atores envolvidos na política, na direção dos resultados esperados. Nesse sentido, minimiza problemas de informação incompleta ou imperfeita, bem como os de tempo para a tomada de decisão e autointeresse dos decisores, entre outras coisas (FERNANDES, 2007). Além do mais, a Gestão da Informação, nesse sentido, amplia o âmbito de ação da esfera pública e a gestão dos recursos informacionais, principalmente no tange aos recursos tecnológicos tão próprios das organizações contemporâneas.

Acreditamos que uma sociedade baseada no uso intensivo de conhecimentos produz, simultaneamente, fenômenos de mais igualdade e desigualdade, mais homogêneos e mais diferentes (AUN, 2001). Aprender a aprender, aprender a agir, aprender a pensar e aprender a fazer são atitudes que acerretam relações horizontais, de identidade e de interconexões, o que justifica a posição de Albagli (1999), quando argumenta que o desafio das políticas de informação, no mundo globalizado, é dar atenção para os aspectos territorializados, para a cultura local, o respeito às diversidades e, sobretudo, a integração de uma inteligência coletiva nos espaços de informação.

3.5 INTELIGÊNCIA COLETIVA PARA COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

O precursor do termo inteligência coletiva é o filósofo Pierre Lévy (2015), que a define como uma inteligência repartida globalmente, em tempo real, em busca de uma democratização das informações. Isso quer dizer que as habilidades de cada indivíduo são utilizadas para o bem do coletivo e compartilhadas por meio de tecnologias.

Nesse contexto, a Ciência da Informação se preocupa com “o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até sua utilização, e a sua transmissão

ao receptor em uma variedade de formas, através de uma variedade de canais” (BARRETO, 2002, p. 23). Esse processo não é diferente na Arquivologia, pois, da mesma forma, os processos de aprendizagem e os serviços de colaboração implicam o envolvimento e o comprometimento de se fortalecer uma inteligência coletiva. Lévy (2000, p. 188, tradução nossa) defende a hipótese de que é possível produzir dispositivos que materializem efetivamente a inteligência coletiva e que

[...] essas novas formas de organização cooperativa, hoje explorada em diversos dispositivos locais ou internacionais do ciberespaço, têm como principal característica *valorizar* e *compartilhar* a inteligência distribuída em toda parte nas comunidades conectadas e colocá-la em sinergia em tempo real.

Bembem e Costa (2013, p. 142), por sua vez, enunciam que “a inteligência coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados”. Isso significa que o projeto da inteligência coletiva se configura como um contínuo processo de crescimento e retomada mútua das individualidades.

Nesse cenário de interação, convivem instituições e atores sociais com histórias, objetivos e características muito diferentes que mantêm distintas relações com o mundo contemporâneo e a inteligência coletiva. Isso se deve também à democratização do saber, que está sendo pressionada pelas TIC e pela globalização, reconfigurando os valores e as formas de produção e disseminação da informação, a ampliação do número de pessoas a serem formadas e os modos de gerir e de financiar as universidades.

Na vertente ligada à Arquivologia e à Ciência da Informação, encontram-se autores que se esforçam para articular aspectos microsociais e macrossociais voltados para a inteligência coletiva presentes, por exemplo, nas relações interdisciplinares estabelecidas entre essas ciências e os conhecimentos gerados por elas, e que podem ser efetivos e compartilhados na sociedade contemporânea (SILVA, 2012), nas relações entre as fronteiras estabelecidas por essas disciplinas que demarcam as diferentes profissões (PINHEIRO, 2013), nas relações entre as correntes de pensamento das Ciências Sociais Aplicadas, a Arquivologia e a Ciência da Informação, gerando saberes científicos específicos das áreas (TANUS, 2016), porém complementares, e nas

relações entre a ética da informação e a inteligência coletiva como objeto de estudo nas duas áreas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017).

É nesse espaço de atividades cooperativas que docentes, pesquisadores e profissionais da área de Arquivologia e de outras áreas da Ciência, devem proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações na sociedade da informação, questionando sobre os modos de pensar, sentir, agir, produzir e disseminar a informação na sociedade em rede, considerando que as relações entre instituições, docentes e pesquisadores precisam se constituir como espaços de formação e aprendizados contínuos, que necessitam de realização de projetos conjuntos. Segundo Lévy (2015), nessa relação com o campo científico, como coletivo intelectual, os pesquisadores utilizam dispositivos para se organizar em um espaço de signos dinâmico, constantemente traduzido e ressignificado pelos desejos coletivos com a consciência de que se pode construir conhecimentos coletivamente.

Os avanços científicos alcançados nas últimas décadas em direção à produção, à compreensão e à transformação mundial acabaram por fragmentar o conhecimento, a comunicação e o diálogo entre os cientistas. Isso foi herdado do grande volume de informação gerada a cada dia, a cada instante. Por isso, acredita-se que o todo seja sempre maior do que a soma das partes ou das qualidades humanas individuais. Para Lévy (2015, p. 32),

[...] longe de fundir as inteligências individuais em uma espécie de magma indistinto, a inteligência é um processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades. A imagem imóvel que emerge de suas competências, de seus projetos e das relações que seus membros mantêm no Espaço do saber constitui para um coletivo um novo modo de identificação, aberto, vivo e positivo.

Os que partilham conhecimento e informação consideram que essa condição da vida contemporânea é, em grande parte, constituída pela ação da universidade, dos docentes e dos pesquisadores capazes de ajudar a sociedade a (con)viver com o inteligente coletivo a partir do próprio caráter institucional e suas perspectivas orientadoras na produção do conhecimento, como também na formação de profissionais, através de eventos, debates, discussões, entre outros.

Ressalte-se, entretanto, que é necessário abertura, flexibilidade e

reflexão, mas, contudo, isso só pode existir no plano institucional se estiverem presentes os atores que constituem esses espaços informacionais, com características institucionais, bem como pessoais, porque a flexibilidade e a capacidade de refletir são qualidades essenciais para a Academia. Nesse sentido, Lévy (2015, p. 31) afirma que,

[...] interagindo com diversas comunidades, os indivíduos que animam o espaço do saber, longe de serem os membros intercambiáveis das castas imutáveis, são, ao mesmo, similares, múltiplos, nômades e em vias de metamorfose (ou de aprendizado) permanente.

Se os espaços do saber (universidades) continuarem a produzir e a disseminar informações que possam também oferecer elementos para nossa própria compreensão — possibilitando ampliar nossas ações sociais, melhorar as condições de vida acadêmico científica e as relações das pessoas entre si, o mundo e entre os pares —, as relações se fortalecem, conseqüentemente a ciência também. Segundo Marcondes e Sayão (2002, p. 43),

[...] nessa ciência tão institucionalizada, não existe praticamente lugar para o gênio isolado, capaz de dar conta de uma descoberta científica do início ao fim. A ciência atual é fundamentalmente um trabalho coletivo, em que pesquisadores e grupos de pesquisa trabalham sobre resultados já obtidos por seus pares, e tem como objetivo acrescentar um tijolo a mais em um vasto edifício.

Assim entendidos, os espaços do saber se constituem para assegurar a livre manifestação do pensamento, responder às necessidades da coletividade e melhorar a interação entre os sujeitos coletivos e administrar de maneira participativa e propiciar a divisão de saberes. Lévy (2015, p. 145) ressalta que “no Espaço do saber, os intelectuais coletivos reconstituem um plano de imanência da significação no qual os seres, os signos e as coisas voltam a encontrar uma relação dinâmica de participação recíproca”. Esses espaços assumem-se, portanto, como lugares na sociedade da informação com autonomia e comprometidos com estudos, pesquisas e prática dos conhecimentos existentes para os sujeitos coletivos. De acordo com González de Gómez (1999b, p. 22),

[...] sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras [que] podem ser considerados como 'formas de vida'. Nelas se organizam vivências e interpretações intersubjetivas. Nelas, para nós, se definiriam quais os

'testemunhos' de informação que serão aceitos nos processos de comunicação, inferência ou argumentação.

Ao analisar os Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil sob o ponto de vista de um regime de informação, qual seja o espaço do saber, é possível compreendê-lo não só pelo seu aspecto físico ou virtual, mas, também, por sua constituição institucional, pela unidade de uma cultura informacional através de sua identidade ou forma de vida, em que geralmente coexistem sentidos, significados e significações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou analisar e interpretar o regime de informação no dos Cursos de Arquivologia brasileiros a partir do ano 2000, como instituições de pesquisa, de conhecimento e informação, com o fim de revelar a formulação de um modelo de abordagem para a aplicação de uma política de gestão de informação e contribuir para a construção de uma Inteligência Coletiva na área objeto de estudo como recurso complementar à investigação.

Este estudo também pretendeu trazer contribuições, tanto para as instituições quanto para docentes e pesquisadores da área da Ciência da Informação e da Arquivologia, que buscam temas relacionados Arquivologia e/ou Ciência da Informação no contexto do regime de informação, seus espaços comunicacionais e a utilização de gestão e políticas de informação para essa finalidade.

E é na tentativa de criar instrumentos de composição de metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia, que os autores da área vêm trabalhando, desde 2012, apresentando os resultados nas Reparq, de modo a embasar as discussões acerca da interferência das configurações acadêmico-institucionais.

Assim, percebeu-se que a análise das ações de informação em determinado “espaço de informação” (as instituições de ensino superior que abrigam os Cursos de Arquivologia brasileiros) não só configuraria o Regime de Informação desse ambiente como também, contribui para favorecer o processo de constituição de uma inteligência coletiva entre os atores sociais participantes

da rede acadêmica e institucional que o comporta.

Partindo desse apontamento, ressalta-se que docentes, discentes e profissionais da área precisam viver em um regime de estado que é a democracia, exercendo o papel social. Assim, é possível formar profissionais com consciência acerca do real papel dos arquivistas com compromisso igualitário e institucional e seu papel estratégico no mercado de trabalho.

Nesse contexto, entendemos que a matriz curricular da maioria dos Cursos de Arquivologia do Brasil vem passando por um processo de reestruturação em uma tentativa de promover uma harmonização curricular, como demonstrado nas discussões durante as Reparq. Nesse sentido, Goodson (2005) assegura que um currículo é uma construção social, primeiramente em nível da própria prescrição, mas, também em nível de processo e prática. Nesse sentido, Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 76) acreditam que “o currículo escrito ou formal é o que sustenta as práticas diferenciadas nas salas de aula da Arquivologia do Brasil”.

Acredita-se que a pesquisa contribui para dar abertura a um regime de informação na Ciência da Informação e nos Cursos de Arquivologia brasileiros, considerando que uma boa comunicação científica entre os atores contribuirá sobremaneira para que isso ocorra com mais frequência.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. *In*: CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena Maria Martins. (ed.). **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília, IBICT, 1999. p.181-199.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico-conceitual. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

AUN, Marta Pinheiro. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. O tempo e o espaço da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v14n1/02.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Políticas nacionais de informações: discurso ou ação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, [S.l.], v. 4, n. 2, abr. 2004.

BEMBEM, Ângela Halen Claro; COSTA, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 139-151, out./dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1639/1213>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da. Regime de informação: conceitos e aplicações no âmbito de laboratórios de pesquisa científica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2861/979>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BEZERRA, Emy Pôrto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivânio Duarte de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/download/57935/37087>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRAMAN, Sandra. Harmonization of Systems: The Third Stage of the Information Society. **Journal of Communication**, v. 43, n. 3, p. 133-40, sep. 1993. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/43/3/133/4160170?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In: BRAMAN, Sandra (ed.). The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Política Nacional de Informação em Saúde no Brasil**: um olhar alternativo. 2006. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BUKOWITZ, Wendi R.; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de gestão do conhecimento**: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa. São Paulo: Bookman, 2002. Tradução de: *The knowledge management fieldbook*.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/07.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

EKBIA, Hamid R; EVANS, Tom P. Regimes of information: land use, management, and policy. **The Information Society**, London, v. 25, n. 5, p. 328-343, set, 2009. Disponível em: <http://mypage.iu.edu/~evans/manuscripts/Ekbia-Evans.InfoSociety.2011.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. *In*: DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR, José Paulo M. (org.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FREIRE, Isa Maria. **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Idea, 2010.

FREIRE, Isa Maria. Sobre o Regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – Ltí. **IncID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102/62100>. Acesso em: 17 mar. 2019.

FREIRE, Isa Maria; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Uma abordagem das ações de mediação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – Ltí. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43 n. 2, p. 272-283, maio/ago., 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1409/1587>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-2007, set./dez. 2008.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In*: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta, Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 15 maio 2016.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n 1, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12309-51582-2-PB.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/123>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004. Acesso em: 13 ago. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999b. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre ética da informação: panorama contemporâneo. *In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; CIANCONI, Regina de Barros (org.). Ética da informação: perspectivas e desafios*. Niterói: PPGCI/UFF, 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide.; CHICANEL, Marize. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 31 mar. 2022.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Tradução: Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 2005.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. *In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.). A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I*

Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75.

JOHNSON, Jim. Mixing humans and nonhumans together: the sociology of a door-closer. **Social Problems**, v. 35, n. 3, p. 298-310, 1988.

KUSH, Martin; COLLINS, Hanrry. **The shape of actions**: what humans and machines can do. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

LATOURE, Bruno. Mixing humans and nonhumans together: the sociology of a door-closer. **Social Problems**, v. 35, n.3, p. 298-310, 1988.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço., São Paulo: Edições Layola, 2015.

LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. **Redes sociais no contexto das políticas públicas do ProJovem Urbano no estado da Paraíba**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3919>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MARCONDES, Carlos Henrique; JARDIM, José Maria. Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na administração federal do Brasil. **DataGramZero**, [S.l.], v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3900>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/947/984>. Acesso em: 14 de abr. 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *In*: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

RASTAS, Pirkko. **Manuals and textbooks of Archives Administration and Records Managment**: aRAMPStud. Unesco: Paris, 1992.

SILVA, Welder Antônio. Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: evidências indicativas e representativas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de

Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em:
<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/53>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de Arquivologia no Brasil. In: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia (org.). **Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil**: IV Reparq. IV Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Campus I, 2015. p. 119-251. e-Book. Disponível em:
<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/96/24/435-1?inline=1>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em:
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AM2MXF/1/tese._gabrielle_tanus._finalizada.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. Disponível em:
https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_ea77bd91aa_0007779.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. Santos: Cultura Associados, 1991.

BRAZILIAN ARCHIVOLOGY COURSES IN THE LIGHT OF THE INFORMATION REGIME

ABSTRACT

Objective: It analyzes the Information Regime of social actors in the context of Information Science and Archival courses from the year 2000, in this sense, it explores the mediations of this form of academic life based on the Information Regime model proposed by González de Gómez (1999), based on the assumption that informational culture, shared by actors within a certain social space, contributes to understanding its application in a certain context. The theoretical framework addresses the Information Regime with perspectives and approaches in the context of Information Science, Information Policy in knowledge spaces and the possibility of a collective intelligence for information sharing. **Methodology:** The research is descriptive in nature, from a qualitative approach. **Results:** The results demonstrate that the research contributes to more openness of an Information Regime in the context of Information Science and Archival courses as a space for relations and exchange of information between social actors. **Conclusions:** With regard to collective intelligence, social actors act collectively,

because information needs change all the time and are governed by the precision in the search and use of information within the scope of the academic way of life.

Descriptors: Information Regime. Information Policy. Archival science. Collective Intelligence. Information Science.

CURSOS DE ARCHIVOLOGÍA BRASILEÑA A LA LUZ DEL RÉGIMEN DE INFORMACIÓN

RESUMEN

Objetivo: Analizar el Régimen de la Información de los actores sociales en el contexto de los cursos de Ciencias de la Información y Archivo del año 2000, en este sentido, se exploran las mediaciones de esta forma de vida académica a partir del modelo de Régimen de la Información propuesto por González de Gómez (1999), partiendo del supuesto de que la cultura informacional, compartida por actores dentro de un determinado espacio social, contribuye a comprender su aplicación en un determinado contexto. El marco teórico aborda el Régimen de la Información con perspectivas y enfoques en el contexto de la Ciencia de la Información, la Política de la Información en los espacios de conocimiento y la posibilidad de una inteligencia colectiva para el intercambio de información. **Metodología:** La investigación es de carácter descriptivo, desde un enfoque cualitativo. **Resultados:** Los resultados muestran que la investigación contribuye a una mayor apertura de un Régimen de la Información en el contexto de los cursos de Ciencias de la Información y archivología como espacio de relación e intercambio de información entre actores sociales. **Conclusión:** Con respecto a la inteligencia colectiva, los actores sociales actúan colectivamente, porque las necesidades de información cambian todo el tiempo y se rigen por la precisión de la búsqueda y uso de la información dentro del modo de vida académico.

Descriptores: Régimen de información. Política de información. Information Science. Ciencia de archivo. Inteligencia colectiva.

Recebido em: 04.11.2021

Aceito em: 27.03.2022